

A REPRESENTAÇÃO DE ESTADO MODERNO em 'AS PALAVRAS E AS COISAS DE MICHEL FOUCAULT E A REPRESENTAÇÃO DE ESTADO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Hagaides de Oliveira*

RESUMO

Este artigo propõe a análise do contexto em que o autor, Jean-Jacques Rousseau, está inserido. Com intuito de perceber as representações políticas e a nova representação de Estado no texto *O Contrato Social*.

Palavras – chave
Europa Século XVIII; Representação e Análise de Discurso

Análise de discurso, representação naturais e semelhanças

Jean-Jacques Rousseau foi um escritor que divergiu de outros autores de sua época. Seus textos ainda suscitam discussões na atualidade. Entre estes textos, podemos destacar: *O Contrato Social*. Esta obra versa sobre, o espírito de transformações políticas, econômicas e culturais que estavam ocorrendo no período. As aspirações por uma nova forma de governo materializam-se nesta que é considerada sua mais importante obra. Este texto constitui a fonte de pesquisa deste trabalho. Este texto foi escrito e publicado em 1762. Nesse sentido, o trabalho final tem como objetivo de perceber algumas representações sobre o Estado por meio da análise do discurso do autor, para compreender o contexto em que o autor estava inserido e a representação política em seus escritos.

A obra de Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, oferecem a contextualização e a compreensão das transformações anteriores, bem como a delimitação temporal a ser

* O autor é pós-graduando em História – UNIOESTE/ Marechal Cândido Rondon/PR

analisada do período. A literatura política arrola-se a análise da forma de governo e das representações políticas propostas por Jean-Jacques Rousseau.

Como a proposta central deste trabalho será fazer análise da representação do Estado de na obra de Jean-Jacques Rousseau, faz-se necessários às categorias analíticas que serão empregadas. Por *Representação* entende-se a forma como os seres humanos representam o mundo. Segundo Roger Chartier, "As lutas de representações têm tanto importância para compreender os mecanismos pelos os quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio". (Chartier:1990, 17)

O *Discurso* será entendido a partir da formulação de Michel de Foucault, onde o autor o compreende como um conjunto de enunciados isoláveis e analisados, que seguem as mesmas regras de formação. (Foucault, *A Ordem do Discurso*) Da mesma forma, entende-se que o texto produzido por Jean-Jacques Rousseau possui um conjunto de enunciados na representação de Estado e a representação política.

Na formulação de Michel Foucault, entende-se por *Epistême* a forma pela qual uma sociedade num dado tempo representa o mundo. Diferencia-se *Epistême* de mentalidades, porque se trata do conjunto de regras que regem a formação discursiva em um dado tempo.(Foucault, *As palavras e as coisas*) Neste Sentido, procura-se perceber o discurso do autor em seu tempo e as transformações que forjam a representação de seu mundo em sua obra.

Até meados do século XVII, a representação do Estado baseava-se na pessoa do rei fundamentando-se na cultura religiosa bíblica do catolicismo Medieval. Deus constituía-se o centro do universo e o Monarca era o "escolhido por Deus" para governar os homens. Neste caso, o poder político não derivava de uma vontade humana mas da vontade divina. De fato, a autoridade do monarca era considerada inquestionável pelos homens, porque se constituía num propósito divino e o poder era adquirido por meio do nascimento. Não dependia de uma escolha terrena. Desta forma, percebe-se a binômica natureza – religião como o alicerce da autoridade política medieval.

A tradição política daquele período era baseada na natureza e na religião. Fundamentava-se no paralelo entre Deus, como o regente do Universo e o Rei, como regente dos homens. A naturalização do poder era a base do Estado. Conforme este

discurso, se existia um Deus autoridade máxima e regente do Universo, deveria existir um rei, para governar o Estado. Isto, de certa forma, satisfazia as necessidades de comunidades politicamente não sofisticadas que encontravam conforto na crença de que seus destinos estavam confiados a um ser Todo-Poderoso, ou seja, representada na pessoa do monarca absolutista.

Para Michel Foucault, essa concepção de Estado é estática, porque o Estado europeu ocidental foi representado na forma da linearidade histórica, onde a semelhança teológica constitui-se em arcabouço político, nutrindo-se nos saberes religiosos da população e afirmando-se na mística cristã orientada para o contínuo e o unitário.

Conforme Michel Foucault, "(...) os europeus fazem um rei, segundo a percepção cultural que se teve do louco até o fim do século XVIII". (Foucault:1990,64). Na forma de representar o mundo deste período, não se concebe o diferente, porque não existe o diferente, já que tudo se assemelha. A semelhança existe em toda parte e pode explicar tudo. Tudo está previsto e em tudo se reencontram as semelhanças.

A semelhança com base na representação das coisas conduziu o mundo do saber à uma forma de ver, dizer e governar o mundo. "Até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental: Foi ela que em grande parte, conduziu a exegese e a interpretação dos textos". (Foucault:1990,33) Interferia na representação das artes, nos jogos dos símbolos e da repetição. Compunha o saber num jogo que tudo se espelhava e se assemelhava. Como o saber é poder, as formas de governar o mundo eram divisadas a partir da semelhança.

O olhar das ciências no período moderno

O período moderno foi marcado por algumas transformações importantes. Sua geografia passa a se organizar em torno do processo de formação dos Estados Nacionais, em concomitância com a formação de exércitos para defender suas respectivas fronteiras. Em termos culturais, podemos dizer que a Reforma Protestante, iniciada no século XVI, constituiu-se em mola propulsora para a mudança de discursos religiosos, e em alguns países também na cultura política, como ocorreu nos países reformados pelo Calvinismo e pelo Anglicanismo.

A literatura também sofre modificações. Despontou em forma de uma nova linguagem, destoando com a antiga maneira de ver-se o universo, o homem e o cotidiano. "Trata-se da marca de uma nova experiência da linguagem e das coisas". (Foucault:1990,64) As modificações no campo das artes também foram importantes e devem ser consideradas. Por exemplo, temos a arte poética. O poeta tem a função de garantir a visão inversa, do diferente, ou seja, ele não baseava mais seu discurso nas semelhanças. Sua nova forma de dizer o mundo apagava a cultura que arrastava, profundamente, o indivíduo à similitude das coisas.

Desta forma, o pensamento clássico do século XVIII, desprendia-se da maneira anterior de interpretar o mundo. Se no período anterior o mundo era explicado e organizado em torno da semelhança e da natureza das instituições, no período seguinte, passa-se a valorizar o discernimento das figuras familiares com outro olhar. Percebe-se nas primeiras palavras no início da obra de Jean-Jacques Rousseau, o objetivo de organização geral da sociedade.

"Quero indagar se pode existir, na ordem civil, alguma regra de administração legítima e segura, tomando os homens como são e as leis como podem ser. Esforçar-me-ei sempre, nessa procura, para unir o que o direito permite ao que interesse prescreve, afim de que não fiquem separadas a justiça e a utilidade". (Rousseau,1999,51)

Fundamentando-se na cientificidade e no empirismo, centrando a análise das coisas em seu interior, e este novo saber questionou "o eterno", imposto pela ordenação da unidade e do todo.

Os pressupostos do pensamento formalizado na representação da natureza e no misticismo, decompõem-se frente às inovações da ciência, nas teorias dos filósofos, dos físicos e dos biólogos da época, " não é mais o pensamento do século XVII inquietando-se diante de si mesmo e começando a se desprender (...) é o pensamento clássico excluindo a semelhança como experiência fundamental" (...) (Foucault:1990, 67) O discurso religioso, aliado ao pensamento clássico do século XVIII, uma mescla heterogênea sempre marcada pela presença da Igreja, na verdade produziu suas próprias imagens. Apesar da forte influência religiosa, sempre haviam cabeças isoladas que pensavam e agiam conforme suas aspirações. Podemos supor que Rousseau era um destes sujeitos, pois afirmava que,

"entro na matéria sem demonstrar a importância de meu assunto. Perguntar-me-ão se sou príncipe ou legislador, para escrever sobre política. Se fosse príncipe

ou legislador, não perderia meu tempo, dizendo o que deve ser feito; haveria de fazê-lo, ou calar-me". (Rousseau:1999,51)

Nesta nova forma de saber, percebe-se que há uma recusa à semelhança como base para explicar a uniformidade das coisas e de base para ordenar o Universo. Propõe-se uma análise universal, mas que dê conta de considerar, além da figura, a extensão e o movimento. Em outras palavras, o período clássico projeta-se a considerar que na natureza existem as diferenças e as exceções.

"Rousseau é o homem do desdobramento e da diferença : ele é diferente de todos os outros, o único a ser idêntico consigo mesmo, a ser ainda o que ele foi e, por essa singularidade, o único a poder fazer com que os outros captem a sua diferença. Mas ele é também diferente de si mesmo, incapaz de esforço, não pensando jamais as verdades senão separadas, obsedado pelo desejo da unidade." (Châtelet:1974,139)

Partindo da comparação dual, ou seja, a comparação da medida e da ordem, o pensamento cartesiano reproduz aritmeticamente a forma de olhar o universo e as coisas. Baseia-se no cálculo matemático dos elementos para a totalidade. "A medida permite analisar o semelhante segundo a forma calculável da identidade e da diferença". (Foucault:1990,68)

A divisão da unidade produz um novo cálculo para as grandezas contínuas e para as multiplicidades (grandezas descontínuas), efetuando-se a redução da medida pela comparação. Em todos os casos, tem-se as relações de igualdade e desigualdade. A medida permite calcular o objeto segundo a sua identidade e sua diferença.

"aparentemente, Rousseau estava começando a pensar em termos desta nova ciência da estatística, que havia sido desenvolvida por Blaise Pascal, Jacques Bernoulli e outros. Ele sentiu-se particularmente atraído pela teoria de que grandes números de pessoas ou de amostras suprimem um grande número de inexatidões ou erros acidentais, fornecendo, portanto, um resultado mais rigoroso, e de que medir alguma coisa, não apenas uma vez, mas dez vezes, torna o número médio que daí resulta mais exato do que resultado de uma só medição". (Deustch:1979,183)

O processo contínuo de observação e de composição do quadro universal, estabelece, uma análise do simples, do mais comum, até chegar ao mais complexo. Igualmente estabelece, segundo suas diferenças crescentes, análises que decompõem as unidades, separando as igualdades e desigualdades, reduzindo as medidas das grandezas e das multiplicidades para a construção de uma ordem interna das coisas.

As conseqüências desta forma de representar definiram uma nova linguagem, através da medida, indireta ou diretamente. Nivelaram-se ou modificaram-se os conceitos fundamentais, as crenças supersticiosas ou mágicas. Isto marcava uma nova entrada na ordem científica. Um novo compasso no andar do saber, onde a organização interna das coisas substitui a semelhança.

A capacidade de julgar, comparar, pesar, avaliar, juntar ou separar, proporcionou ao indivíduo propenso à mudança de pensamento em relação ao universo e sua constituição atrelada as instituições seculares, uma nova maneira de representar o mundo. "Rousseau pensava que era possível existirem muitas dessas pessoas com suficientes interesses em comum para formar uma vontade geral." (Deustch:1979,183) Definiu-se, assim, um novo quadro de investigações, "deturpando" o saber anterior transgredindo normas, de saber até então válidas. As "crenças" foram substituídas por experiências, confirmadas por cálculos e provas.

"Rousseau confiava em que seria possível alcançar uma percepção exata, precisa e sensível dos interesses comuns ou da vontade geral, através da criação de um povo suficientemente uniforme e pequeno em número, de modo a poder ter interesses comuns, mas suficientemente independente de modo a não ser impelido por paixões ou erros acidentais". (Deustch:1979,183)

Surge uma nova maneira de descrever a natureza. Esta, em relação à classificação dos seres, as experiências que postergam a biologia não nomeiam os animais por sua aparência ou semelhança. Analisa-se, agora, suas entranhas, vísceras por vísceras, confirmando as suas diferenças e semelhanças a partir do seu interior. A classificação, daqui por diante, dá-se por dentro. O intelecto do século XVIII, interage, intercalando-se, libertando o pensamento voltado à interpretação mística e naturalista, possibilitando uma nova concepção do saber e do universo.

Julga-se as coisas por meio de experiências comprovadas por cálculos minuciosos e aparelhos de precisão. O universo, os animais e as plantas, são vistos com olhar duplo. A comparação não é mais mística, regida pelos dogmas religiosos. Racionalmente, pesa-se as coisas, junta-se os componentes definindo suas diferenças, separando-os por detalhes minuciosamente observados para classifica-las e ordena-las.

A Representação dos signos, a partir da metade do século XVIII, desprende-se da representação do divino, com o esforço da matematização, através de um Modelo Teórico, "constante e continuo para a astronomia e uma parte da física".(Foucault:1990,71) Embora

insuficientes, estes saberes, arrolam outros domínios do saber, para constituírem a base do pensamento da ciência. "Assim apareceram a gramática geral e a história natural. Em concomitância, a análise das riquezas, ciências da ordem do domínio das palavras, dos seres e das necessidades do ser humano...". (Foucault:1990,72) A representação dá-se através dos signos, como espelho, refletindo o pensamento dos homens.

A representação do signo passa ser a ligação, podendo este pertencer a um grupo ou estar separado, ser fidedigno ou não, independente da implicância da idéia que está designando. Constituindo-se na liberdade das palavras, dispersando os significados dos signos, em uma rede de signos, na elaboração dos saberes. A análise é inseparável dos signos. "A razão ocidental entra na idade do juízo". (Foucault:1990,76) O signo natural perdia seu poder de infalibilidade dogmática a partir da constituição dos signos pelos homens, reconstitui-se um valor inverso da natureza e da convenção.

Nas palavras de Jean-jacques Rousseau, "visto que homem algum tem autoridade natural sobre seus semelhantes e que a força não produz nenhum direito, só restam as convenções como base de toda a autoridade legítima existente entre os homens". (Rousseau:1999,61) Transformando assim o natural em conhecimento, o homem, através da razão, construindo e desconstruindo o pensamento, com a análise combinatória, traduzindo o saber em linguagem simples.

Tornou-se possível perceber as dissociações dos signos e das semelhanças, desde o início do século XVIII, por meio da probabilidade, da análise, da combinatória, do sistema e da língua universal. Rousseau dizia que "ora, como os Homens não podem engendrar novas forças, mas unir e orientar as já existentes, não os tem um outro meio de conservar-se senão formando por agregação, um conjunto de forças que possa sobrepujar a resistência, impelido-as para um só móvel, levando-as operar em concerto". (Rousseau:1999,69) Constituiu-se, assim, uma rede de temas sucessivos, engendrando-se ou repelindo-se entre si. Tal rede única fazia despontar o individualismo no campo do saber.

A individualidade do pensamento permitiu a representação dual dos signos que possibilita a constatação de sua veracidade. Seu valor favorecia ao pesquisador a possibilidade de afastar daquilo que significa o objeto em seu conteúdo natural sem interferir na relação da ordem.

Conforme Michel Foucault, "O signo encerra duas idéias, uma da coisa que representa, outra da coisa representada; e sua natureza consiste em excitar a primeira pela segunda". (Foucault:1990,79) Esta característica do pensamento moderno, da visão dual dos signos permite decifrar o valor binário do significado das coisas, como representação falsa e verdadeira das coisas. O encadeamento dos signos, a sua totalidade, proporciona a rede completa dos signos.

No período clássico, partia-se do pressuposto de que Deus utilizava seus signos para falar através da natureza. O discurso religioso concebia o homem como espírito. O elemento preponderante, não era o corpo (matéria). O discurso era direcionado para a salvação do espírito.

Havia também o discurso da história natural. Procedia a partir da moeda e da troca para, por exemplo, efetuar a análise das riquezas. A nova forma de representar as relações econômicas, porém, produziu um saber que a descreve por dentro, a partir do mercado e da mais valia.

Esta modificação na forma de representar o mundo, distanciava-se em número e grau dos sonhos e objetivos mirados pela contemporaneidade, "a mais fundamental propriedade dos signos para a *epistemê* clássica não foi enunciada até o presente". (Foucault:1990,78) Segundo este autor, a busca da comparação nos signos, podia ser considerada errônea, quando trocava um signo por outro, pois sua propriedade intrínseca é única. O elemento dispõe de marcas que o outro não apresenta. Não se faz a troca de um elemento por outro "quase a mesma coisa".

A análise natural compunha o quadro de ajustamento da ordem. Os signos eram libertos do mundo repartido por fora, forma de representar o mundo constituída no período do renascimento, "os signos estão doravante alojados no interior da representação, no interstício da idéia nesse tênue espaço onde ele joga consigo mesma, decompondo-se e recompondo-se". (Foucault:1990,82)

A construção do saber clássico desdobrou-se demonstrando exemplos da seqüência da lógica natural. A análise dos signos, a sua representação na gramática, o grande saber empírico doravante não aparecem mais escritas no mundo. É o contrário do que fizeram Condillac, Destut de Tracy, que concebiam o conhecimento natural dos signos com o visível. O fisiocrata Quesnay, escreveu o artigo, "Evidencia" para a Enciclopédia. Adam

Smith, um ensaio sobre a origem das línguas; Rousseau, além de elementos da botânica, um tratado sobre a origem das línguas.

Conforme Michel Foucault, "Assim se delineava, como em pontilhado, a grande rede do saber empírico". (Foucault:1990,91) No século XVIII, definia-se um novo quadro. Foi um período de grandes debates sobre organização das coisas e do saber.

A organização do Estado de Jean-Jacques Rousseau

Em meados do século XVIII, a organização das coisas dava-se através da classificação e da linguagem, as palavras e as coisas se encontravam. A distância encurtou-se neste novo quadro de representação. Os elementos se comunicam, possibilitando ver e dizer, através da linguagem. A característica própria da história natural era descrever um animal ou planta, por meio do nome, da teoria, do gênero, da espécie, dos atributos e dos usos. Nesse sentido, diz Jean-Jacques Rousseau em relação ao Estado:

"Assim como, antes de erguer um grande edifício, o arquiteto observa e sonda o solo para verificar se sustentará o peso da construção, o instituidor sábio não começa por redigir leis boas em si mesmas, mas antes examina se ao povo a que se destina mostra se apta a recebê-las". (Rousseau:1999,115)

O saber embasado na cientificidade e na organização interna tem um sentido diferente do saber clássico. Antes de transcrever, olha-se minuciosamente. Com efeito aponta Rousseau que "pode se medir um corpo político de dois modos, a saber: pela extensão do território e pelo número de habitantes". (Rousseau:1999,123) Vê se assim, os princípios da capacidade de percepção do universo e de governabilidade, criando espaços entre os seres, apresentando uns do lado dos outros e nomeando-os.

A representação das coisas é classificada e nomeada através da linguagem e da vida, " são os homens que fazem o Estado e é a terra que alimenta os homens: a relação estará, pois, em bastar a terra para a manutenção dos habitantes e em haver tantos habitantes quantos possa a terra alimentar". (Rousseau:1999,123) A linguagem escrita permite a crítica e a classificação, a fundamentação rizomática e o desejo da perfeição, "assim o domínio inteiro do reino vegetal ou animal poderá ser quadriculado. Cada grupo poderá receber um nome". (Foucault:1990,64) As espécies serão descritas com maior precisão. Ao nomeá-las, encaixam-se os diferentes conjuntos formando uma rede de grupos familiares mas que se avizinham por diferenças e semelhanças. O nome completo atravessa todas as redes de caracteres. Conhece-se a família e a ordem das coisas.

Reconhece-se o animal ou planta não pelo o que parece, mas por sua organização, " conhecer aquilo que pertence propriamente a um indivíduo. Isto fazia com que o pesquisador tivesse diante de si a classificação ou possibilidade de classificar o conjunto dos outros". (Foucault:1990,159) A identidade define as diferenças, cada indivíduo tem sua marca particular, que fixará um jogo de diferenças, aparecendo o fundo das grandes unidades orgânicas. Classifica-se, agora, pela constituição interna (esqueleto, respiração, circulação) Estas são as leis internas do organismo que substituem os caracteres diferenciados da superfície, observados pelos pesquisadores clássicos.

Os últimos 20 anos do século XVIII, apresentaram essas transformações, lentas profundas e quase imperceptíveis que se vinculavam as transformações do saber humano para explicar o universo, o seu meio e a si próprio. O desenvolvimento desta episteme influenciou todas as áreas que tratam da convivência do sujeito e da sua subjetividade. Na concepção de Foucault,

"isso não constitui a liberação de uma velha inquietude, passagem á consciência luminosa de uma preocupação milenar, acesso á objetividade do que, durante muito tempo, ficara preso em crenças ou em filosofias: foi efeito de uma mudança nas disposições fundamentais do saber". (Foucault:1990,404)

Resume-se essas modificações da seguinte maneira: a análise da hierarquia analógica foi substituída pela científica; as evidências manifestam-se nas palavras, traduzindo-se em novas concepções. Surge um novo quadro inclusive a pensar uma nova forma de governo, organizado racionalmente, não mais a partir das semelhanças, mas de sua própria organização interna.

As transformações ocorridas na produção do saber deste período, também, vinculam-se a organização da sociedade e dos governos. Passou-se a pensar o Estado, conforme a nova maneira de ver as coisas fundamentadas na organização internas. E, assim, Jean-Jacques Rousseau escreve as principais premissas de um Estado ideal:

"Se quisermos saber no que consiste, precisamente, o maior de todos os bens, qual deva ser a finalidade de todos os sistemas de legislação, verificar-se-á que se resume neste dois objetivos principais: *a liberdade e a igualdade*. A liberdade, porque qualquer dependência particular corresponde a outro tanto de força tomada ao corpo do Estado, e a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela". (Rousseau:1999,127)

O Estado aparece como objeto do saberes decompostos em partes, nomeavam e classificavam partes que constituem a estrutura de governo, sustentadas na regulamentação racional das leis, organizadas por meio das relações políticas. O Estado torna-se um objeto a ser organizado, e é analisado pelo seu interior e exterior, olhado como um quadro que reproduz um saber de uma cultura de um período. Assim, o saber, é fundamentado na nova cultura racionalista, produzindo um novo quadro do universo. Na área política, possibilita pensar a organização de um novo Estado.

Referências Bibliográficas

CHARTIER. Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

CHÂTELET. Francois. *História da Filosofia, Idéias, Doutrinas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____ *Histórias das Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

DEUTSCH. Karl Wolfgang. *Política e Governo*. Brasília: EUB, 1979.

FOUCAULT. Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo : Martins Fontes, 1990.

_____ *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. *Do Contrato social : Princípios de Direito Político*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.